

CONTRIBUIÇÃO PARA UMA FILOSOFIA DE DEFESA MILITAR PORTUGUESA*

Mesmo numa sociedade legitimamente estabilizada, o indispensável inter-relacionamento de factores políticos, geoestratégicos, sociais, tecnológicos e económicos torna de tal modo complexa a questão da Defesa Militar, que nem as mais avançadas técnicas aplicadas em modelos computadorizados têm sido capazes de dar respostas adequadas. Ultimamente o problema complicou-se ainda mais com as incertezas do futuro energético. Num país como o nosso, onde ainda por cima existem absorventes preocupações económicas, onde persistem alguns sintomas do desgaste psicológico que classicamente decorre das guerras como as que travámos em África, e onde o caminho a percorrer até se chegar ao tipo de relacionamento que deve existir numa sociedade democrática ocidental entre os chamados Poder Político e Poder Militar vai ser trilhado num ambiente não totalmente liberto de sensibilibidades, as dificuldades para abordar um tema como o da Defesa Militar resultam acrescidas. No entanto, parece que começa a ser tempo de os militares darem uma ideia do que pensam sobre o que poderá ser a defesa militar do país.

Defesa Nacional e, conseqüentemente, Defesa Militar, pressupõe clara motivação da população dum país para se defender. Sem tal ingrediente, a Defesa corre o risco de se desmoronar rapidamente em circunstâncias de crise grave. Por isso mesmo, a mera existência de Forças Armadas deve significar efectiva vontade duma sociedade para se defender. Essa mera existência, e o seu significado, têm exactamente por isso o seu peso nas relações internacionais, como componentes da Força Total dum país.

As dificuldades para vencer o cepticismo e a indiferença, e para despertar numa sociedade a vontade de se defender, começam logo na repisada questão da ameaça. O caso é que a sociedade civil terá, em princípio, natural propensão para acreditar menos em ameaças do que a sociedade militar. Esta, por razões da sua própria preparação profissional, terá maior pendor para as fazer lembrar, o que por vezes

Artigo publicado em **Nação e Defesa**, n.º 15, Julho - Setembro de 1980.

é tomado como visando principalmente fazer pender para o seu lado o fiel da velha balança da manteiga e dos canhões. Desta circunstância decorrem naturalmente vivas polémicas que acabam por criar certa perplexidade em largos sectores da população. Na realidade, que poderá ou deverá pensar, por exemplo, o homem médio britânico, ao ver que o porta-aviões *Ark Royal* foi para a sucata, sem nunca ter precisado de entrar em combate? E, por outro lado, o que poderá pensar um norte-americano ou um seu aliado europeu da política iniciada pelos civis da administração Nixon-Kissinger, a qual, favorecendo demasiado a manteiga para atender às sensibilidades internas, deixou cair o potencial nuclear e convencional do seu país a um nível tal que lhe acarretou a si e ao Ocidente a mais baixa credibilidade política externa e interna dos últimos tempos? E que pensar do drama do Líbano, em que a falta de Poder Militar adequado às vulnerabilidades internas e à importância estratégica da região propiciaram argumentos para a instalação de forças militares e de organizações afins estrangeiras no seu próprio território?

Mas, afinal, que deve entender-se por ameaça? Os especialistas na matéria dizem que deve ser considerada como o produto da capacidade material possuída por um presumível antagonista para concretizar determinados tipos de acções hostis aos interesses dum país, pela intenção que aquele terá de levar efectivamente a cabo tais acções. Ora, se é mais fácil deduzir do armamento dum antagonista os tipos de acções que a sua posse lhe torna viável realizar, já a questão da intenção quanto ao seu emprego é de molde a admitir especulações variadíssimas. A amplitude destas especulações permite, por exemplo, que estrategistas ocidentais e chineses vejam no considerável armamento do Pacto de Varsóvia uma ameaça iminente para a Segurança da Europa Ocidental, e que pacifistas procurem anular o produto, e portanto a ameaça, atribuindo aos do Leste intenções pacíficas ou, no mínimo, exclusivamente defensivas. É aliás aqui que reside um dos maiores problemas dos técnicos das informações estratégicas, os quais, se alertarem oportunamente para uma determinada ameaça, correm o risco de serem tomados por loucos mas, se o não tiverem feito e a ameaça se concretizar mesmo, serão então impiedosamente classificados de incompetentes. Por estas e por outras razões, há quem considere preferível lembrar que um país é principalmente ameaçado pela «exposição» de vulnerabilidades ou pontos fracos que possam constituir tentações para a exploração por antagonistas dos interesses nacionais. Efectivamente, parece perfeitamente natural que um antagonista, que pretenda persuadir ou coagir um seu concorrente por forma a fazê-lo enveredar por um caminho conveniente para os seus interesses, possa procurar exercer pressão actuando nos seus pontos fracos. Daí que a primeira preocupação duma Política de Segurança ou de Defesa Nacional deva incidir na correcta identificação e caracterização de vulnerabilidades exploráveis por outros, e na aplicação de medidas adequadas para as minimizar no mais curto prazo, tal como se faz com a saúde dum ser humano, cujas defesas físicas e morais deverão ser

mantidas a níveis que evitem agressões de agentes nocivos, ou que reduzam os seus efeitos. Uma vulnerabilidade importante dum país poderá precisamente residir na falta de Poder Militar adequado à defesa dos seus interesses num mundo em que continua apesar de tudo a lançar-se mão de violência quando não bastam outros argumentos para atingir objectivos, e o emprego da força promete êxito seguro. É por isso que mesmo países com tradicional prática de neutralidade, como a Suíça e a Suécia, não ousam prescindir de ter as Forças Armadas que julgam adequadas à sua Segurança.

Para abordar a questão das vulnerabilidades nacionais numa perspectiva de Defesa Militar, parece importante começar por salientar que Portugal tem a sua raiz na Península Ibérica, que se caracteriza por instabilidade crónica própria duma região que não terá ainda encontrado o seu definitivo equilíbrio geopolítico, e na qual a independência portuguesa já tem sido olhada como um obstáculo (o outro é Gibraltar) à exploração do seu potencial estratégico total em exclusivo proveito da população ibérica. Por outro lado é sabido como o nosso país se viu desde longa data compelido a procurar numa política atlântica caracterizada por alianças com potências marítimas e pela descoberta e conquista de terras exteriores à Península o potencial estratégico suplementar que lhe permitisse evitar a natural propensão hegemónica do seu poderoso vizinho. É por isso que Portugal se assume efectivamente como um país arquipelágico, uma vez que é da integração dos potenciais estratégicos do Continente e dos arquipélagos da Madeira e dos Açores que lhe advém a força necessária para realizar em condições aceitáveis as suas aspirações. Acontece ainda que as posições detidas em qualquer das regiões portuguesas têm uma tal importância estratégica, que só a coesão entre elas permitirá que não sejam absorvidas uma a uma pelas grandes potências e blocos que delas julgam necessitar para a manutenção da sua própria Segurança (atente-se no exemplo da utilização dos Açores de certo modo «forçada» pelos Aliados na 2.^a Guerra Mundial, na inaceitável preservação do mesmo Arquipélago fora da área IBERLANT por vontade da potência líder da NATO, no interesse manifestado por países árabes norte-africanos da ala radical e até por outros países africanos relativamente ao arquipélago da Madeira, e nos graus de independência que restariam a Portugal se fosse remetido exclusivamente à Península Ibérica).

Dos pontos referidos sobressai que a Nação Portuguesa poderá minimizar mais facilmente hipóteses de ameaças à sua segurança e independência, e dominar o seu próprio destino, se as populações das três parcelas que constituem o seu Território assumirem correcta e conscientemente a condição arquipelágica do país, e se, no plano da defesa militar, quer no plano nacional, quer no da NATO, houver a permanente preocupação de manter a todo o custo o Território Nacional como um todo indivisível. Por outras palavras, os portugueses continentais e ilhéus não podem esquecer que a liberdade de acção

política do país, quer no plano ibérico, quer no seio da própria Aliança Atlântica, é directamente proporcional ao grau de coesão que existir entre as parcelas do Território Nacional.

É sobejamente conhecido que Portugal detém posições que são consideradas de grande importância para a Segurança do Ocidente. Assim, o Território Nacional pode constituir um contributo notável para a Segurança do Ocidente no âmbito da estratégia nuclear, uma vez que a sua utilização torna mais eficiente a vigilância a exercer sobre os movimentos dos submarinos nucleares lança-mísseis balísticos soviéticos e aumenta a sobrevivência dos norte-americanos. O Território Nacional é altamente vantajoso para proporcionar protecção às vitais comunicações marítimas ocidentais que passam ao seu alcance e, principalmente, para o exercício do controle naval e aéreo que se torna imprescindível para o eventual desencadeamento de operações de socorro à Europa Ocidental a partir da América do Norte em caso de invasão do Leste (recorda-se que o sucesso destas operações estava na base da vitória dos Aliados nas duas últimas Guerras Mundiais).

Da importância estratégica que poderão ter para o Ocidente pontos de apoio no Território Nacional decorrem naturalmente hipóteses de os seus antagonistas poderem estar desde já considerando a sua neutralização logo no início dum eventual conflito de grande envergadura. Daí que os nossos aliados, que certamente estão conscientes dessa possibilidade, tendam a procurar garantir a vigilância e a defesa das nossas posições com os seus próprios meios, no caso de para tal não mostrarmos disposição nem capacidade. A permanência de forças militares estrangeiras no Território Nacional comportaria muito provavelmente riscos graves para a coesão e para a independência nacional, os quais poderiam ser ainda maiores no caso do Ocidente se ver obrigado por circunstâncias excepcionais a confiar, ainda que transitoriamente, a segurança das nossas posições a uma potência regional que para tal demonstrasse capacidade suficiente, como poderia vir a ser o caso da Espanha, que está a aumentar espectacularmente o seu Poder Militar com o propósito claro de assumir um papel condizente com o seu valor geopolítico e as suas aspirações históricas. Por outro lado, assumir uma posição menos prestigiante no seio da NATO limitaria muito provavelmente o acesso do nosso país às vantagens da cooperação e da assistência que a Aliança proporciona em domínios não militares, como sejam os da ciência e tecnologia, da formação e treino de técnicos e cientistas, etc.

Um Conceito Estratégico de Defesa Militar de qualquer país deverá obedecer, no mínimo, a três condições essenciais:

- Ser adequado, isto é, ser susceptível de alcançar efectivamente o efeito desejado;
- Ser exequível, ou seja, dever a materialização no respeitante aos

meios militares estar assegurada quanto à capacidade financeira para a sua aquisição, e no concernente às capacidades cultural, de gestão e tecnológica para a sua utilização e manutenção;

- Ser aceitável, isto é, os custos materiais justificarem-se pela real importância dos objectivos a alcançar.

O efeito desejado dum Conceito Estratégico de Defesa Militar deverá ser o de, em primeiro lugar, contribuir para a defesa de importantes interesses nacionais, como sejam a segurança do território nacional e da população, a integridade territorial, a soberania e a independência. Em segundo lugar, para um país como o nosso, será a participação, na medida do possível, na defesa da Europa e do Ocidente, em conformidade com os compromissos assumidos. Convirá frisar que, uma vez que a participação de Portugal na NATO decorre de um interesse nacional, é possível e mesmo conveniente que se opte por um Conceito Estratégico de Defesa Militar que seja complementável pelo próprio esquema de defesa daquela Aliança e que, por outro lado, não contrarie o que esta pode esperar do nosso país para o esforço de defesa comum.

O Conceito Estratégico de Defesa Militar adequado ao país que somos deve atender fria e realisticamente, entre outros, aos factores geográfico, humano e histórico. Portugal está onde está, é fisicamente o que é, e o seu comportamento histórico significa algo. Assim, convirá desde logo que o Conceito atenda à natureza arquipelágica do território, não apenas como forma de contribuir para a realização do importantíssimo objectivo de coesão nacional, como ainda para tirar o possível partido da própria descontinuidade territorial para se adregar uma capacidade acrescida de sobrevivência a agressões militares por meio de um sistema de defesa escalonada por regiões. A História Militar Portuguesa no continente e nas ilhas reflecte uma tradição de filosofia defensiva e de resistência que logrou obter êxito. São, por exemplo, os casos da resistência aos castelhanos e aos franceses no continente, utilizando quase que invariavelmente como último reduto a região de Lisboa, e aos Filipes e aos ingleses, nos Açores, principalmente na ilha Terceira. Acontece ainda que, no seio da Aliança Atlântica, desde há anos que se vem notando uma certa atracção pela ideia de se opor como dissuasão a eventuais intenções de invasão militar do Leste um esquema de resistência popular. Pelo referido, parecerá que a consideração da tradição militar portuguesa de resistência popular num Conceito Estratégico de Defesa Militar será susceptível de lhe emprestar a indispensável credibilidade e até aceitabilidade.

O facto de o país se encontrar inserido num esquema global de defesa militar como a NATO pode dar a muitos a ideia de que tal nos bastará, uma vez que a Aliança acabará por nos defender em qualquer caso. Compreende-se, embora não se aceite por ser contrário ao

imperativo da solidariedade aliada, que em certos países que não estarão sujeitos a outras ameaças que não sejam as do Leste, se pense semelhante coisa, como parece estar acontecendo na Dinamarca. Mas, em regiões cuja importância estratégica atrai a atenção das grandes potências e blocos, e principalmente naquelas cujo equilíbrio geopolítico ainda não foi encontrado — como acontece na Península Ibérica — há que contar com a possibilidade de erupção de tensões regionais. É por exemplo o caso da bacia oriental do Mediterrâneo, onde a NATO e os EUA ficaram paralisados politicamente por não poderem tomar o partido da Grécia ou da Turquia aquando do conflito militar ocorrido entre aqueles aliados por causa de Chipre, e onde importantes desentendimentos quanto à jurisdição no Mar Egeu suscitados por ali existirem importantes recursos económicos poderão manter a região em desequilíbrio por mais algum tempo. A constatação de realidades como esta, o facto de termos algumas fortes razões históricas para duvidar da constância e do sincero desinteresse de aliados, e o simples senso comum, apontam indubitavelmente para que um país como o nosso, ainda que membro da NATO, deva dispor de capacidade autónoma de defesa militar que dê a eventuais antagonistas a noção de ter possibilidades, no mínimo, de lhes resistir eficazmente durante o tempo que sempre levam a reagir perante agressões a opinião pública e os organismos internacionais, e ainda as Alianças. Isto, para evitar que sejamos vulneráveis à imposição de surpresa de factos consumados ou, no mínimo, que possamos ser sujeitos a coacções lesivas dos interesses nacionais. Se tal capacidade militar de resistência convier também à NATO, por ser integrável no seu próprio esquema defensivo, poderá então tornar-se mais fácil a obtenção de ajuda e de assistência militar para a sua viabilização.

Temos já aventado em trabalhos anteriormente publicados que um Conceito Estratégico de Defesa Militar de natureza arquipelágica com base na tradição militar portuguesa poderia eventualmente, no mínimo, prever a repartição do Poder Militar por três bastiões regionais de resistência, um no continente, outro na Madeira, e outro ainda nos Açores. Antes do mais, importa salientar que a defesa militar dum determinado espaço territorial faz-se sempre e em última análise no próprio terreno, mas sem esquecer a defesa das suas aproximações aéreas e, no caso particular português, ainda a das aproximações marítimas. No continente, o Conceito Estratégico posto em prática com todo o êxito por Wellington contra os invasores franceses (força terrestre móvel de desgaste e de retardamento, resistência popular, fortificação dos acessos terrestres a Lisboa e defesa marítima assegurada pelos fortes do Tejo e pelo domínio fluvial e do mar por forças navais) parece ainda hoje viável, dado que as armas guiadas de precisão (mísseis e artilharia) anticarro, antinavio e antiaéreas parecem propícias à resistência das potências menores contra as outras, como tem sido verificado em recentes conflitos militares, designadamente na guerra do «Yom Kippur» de Outubro de 1973, em que foi possível aos egípcios

aguentar pela primeira vez por largo tempo as muito poderosas forças blindadas e aéreas israelitas, com recurso a mísseis e a artilharia de precisão. Quanto ao mar, e ainda à mesma guerra, as pequenas unidades lança-mísseis e os submarinos israelitas tornaram completamente inúteis as maiores unidades navais egípcias, e evitaram qualquer hipótese de assalto anfíbio do seu adversário de então através da sua vulnerável costa. Assim, não parece de todo impossível a «reconstituição» do esquema de resistência usada por Wellington com recurso a um sistema de forças idêntico ao aludido, isto é, prevendo, como já acontece, uma Brigada Mista Independente, a modernização do Exército nos domínios da defesa anticarro, antiaéreo e da artilharia de costa, o planeamento da resistência popular, o apetrechamento da Marinha com unidades ligeiras lança-mísseis anti-superfície e antiaéreas, com meios para a guerra de minas e com submarinos (de que já existe um núcleo de três eficientes unidades), e o apetrechamento da Força Aérea com meios de controle e de intercepção aérea, e ainda de patrulha e ataque marítimos. Nos Açores e na Madeira, as ilhas que parecem em princípio mais vocacionadas para a constituição de bastiões de resistência seriam as da Terceira (onde, além da tradição de resistência su-pracitada, existe já a importante Base Aérea das Lajes e vai ser erguido um interessante complexo portuário na vizinha Praia da Vitória, no qual está previsto um ponto de apoio naval) e de Porto Santo (onde existe o único aeroporto do arquipélago com boas possibilidades de desenvolvimento para fins militares, e onde se encontram em construção instalações portuárias para o servir). A defesa destes bastiões de resistência nas ilhas deveria ser assegurada por meios humanos e materiais devidamente especializados na protecção de aeroportos, portos e outros pontos sensíveis contra ataques de surpresa, principalmente dos vindos do ar (assalto vertical, mísseis e aviões) complementados por meios de defesa aérea e marítima. Este esquema mínimo de defesa do território nacional deveria ainda ser complementado por forças dotadas de grande mobilidade para acorrerem se necessário em reforço de qualquer bastião (como sejam paracomandos e fuzileiros navais, dispondo dos meios de transporte aéreo e naval que garantissem as indispensáveis flexibilidade, eficácia, rapidez e economia do seu emprego) e por um sistema de Comando, Controle e Comunicações em que, para além de se assegurar a suficiente vigilância do território e das suas aproximações aéreas, terrestres e marítimas, se encontrasse considerada uma forte dose de descentralização do Comando, uma vez que não se pode garantir completa imunidade das telecomunicações a actos de sabotagem, de mistificação e de empastelamento na guerra moderna. Para um teatro de operações como o nacional, um comando centralizado deveria assim servir principalmente mais para as tarefas básicas de concepção, planeamento, doutrina, inspecção, treino, movimentação de efectivos entre subteatros de operações, indispensável à flexibilidade, mobilidade e economia do sistema, e para a realização de jogos de guerra e de manobras que permitissem avaliar frequente-

mente da sua eficácia e dos melhoramentos a introduzir. Acontecendo que os portos e aeroportos de Lisboa, da Terceira e de Porto Santo parecem incluir-se precisamente entre os que a Aliança Atlântica necessita manter em segurança para garantir a vigilância marítima e aérea em tempo de paz e de crise no Atlântico Oriental, e para assegurar o controle do mar e do ar indispensáveis à condução das vitais operações de socorro à Europa em caso de invasão militar do Leste, o Conceito preconizado parece assim ser susceptível de poder merecer o interesse da NATO e, por isso, de a levar a apoiar efectivamente a sua concretização.

Conforme se acentuou, o esquema preconizado é um mínimo, ou seja, corresponde a um nível de defesa militar abaixo do qual se correm graves riscos de segurança, devendo por isso ser tomado mais como uma estrutura básica de resistência escalonada por regiões. Convirá no entanto não ignorar que há outras ilhas a proteger, tão importantes como a Madeira ou S. Miguel, e ainda outros interesses que, se não forem defendidos, correm riscos sérios. Entre esses interesses contam-se as comunicações marítimas nacionais (cerca de 95% das nossas importações — entre elas as de hidrocarbonetos e de produtos alimentares — e cerca de 85% das nossas exportações utilizam a via marítima), as comunicações marítimas interterritoriais e interilhas, e as comunicações marítimas do Ocidente (ao largo da nossa costa encontram-se a cada momento cerca de 400 navios de todos os tipos que participam no abastecimento da Europa em produtos vitais). Acontece que o Comando NATO da Área Íbero-Atlântica (COMIBER-LANT) necessita de meios navais e aéreos para a condução de missões de vigilância marítima e de presença em tempo de paz e, principalmente para a utilização imediata em caso de crise ou de guerra, para protecção da referida intensa navegação ocidental. Por isso, se Portugal não tiver tais meios, corre-se o risco de a NATO tentar lançar mão dos espanhóis, no caso de o país vizinho vir a ingressar na Aliança. Esta eventualidade poderá à primeira vista não oferecer inconvenientes de maior, mas haverá de se ter em atenção que a Espanha, muito legitimamente, não deixaria que os seus meios militares fossem utilizados ao serviço da Aliança na nossa área de natural responsabilidade, sem contrapartidas políticas e militares susceptíveis de eventualmente afectar o nosso prestígio e audiência na Organização, e até a nossa própria soberania e coesão. Há ainda a conveniência de exercer soberania na nossa Zona Económica Exclusiva, tornando-se necessário, para além duma rede de vigilância associada ao sistema de Comando, Controle e Comunicações atrás referido, e de ameaça de pesadas sanções, a impor a eventuais prevaricadores, alguns meios navais e aéreos, os quais podem, no entanto, ser menos sofisticados do que os necessários à guerra moderna no mar.

Finalmente, muito embora o Poder Militar deva ser básica e prioritariamente vocacionado para a guerra, será conveniente que possa ainda assim atender-se à sua utilidade em casos de calamidade, mormente

quanto às de origem telúrica cuja frequência e violência contribuem para aumentar os efeitos do isolamento das populações das ilhas. Pensa-se que, no planeamento dos meios a adquirir, e mesmo no da sua utilização operacional, tal factor deverá ter o seu lugar próprio, com o objectivo de contribuir para a segurança e tranquilidade daquelas populações.

Quanto à exequibilidade do Conceito Estratégico de Defesa Militar preconizado, se é verdade que o processo tecnológico permite a utilização de armas altamente eficazes por pessoal de desenvolvimento cultural não correspondente (caso dos mísseis antiaéreos usados por guerrilheiros africanos nas guerras que travámos em África, e dos sistemas de mísseis anticarro e antiaéreos utilizados pelos egípcios contra os israelitas), não deverá esquecer-se que, também por isso, aumentaram em flecha as dificuldades de manutenção e de gestão do material, e ainda o grau de dependência das potências menores relativamente às que lhes fornecem material de guerra, o que tem reflexos inclusivamente no tipo e na duração da guerra que lhes é possível fazer por sua exclusiva iniciativa. Quer isto dizer que, se for julgado imprescindível dispor-se de capacidade autónoma de defesa militar, poderá ter de sacrificar-se algo no que respeita à sofisticação dos meios, será mais conveniente do que nunca recorrer-se à indústria nacional, e a liberdade de manobra política de que se pretende dispor através da existência do Poder Militar terá de sujeitar-se ao Conceito Estratégico de Defesa Militar que for possível. A diversificação das origens externas de armamento é uma medida que pode concorrer para aumentar a independência de actuação, mas contribui, por outro lado, para acentuar dificuldades de gestão, de manutenção e de treino, o que contribui para diminuir a credibilidade do sistema de defesa. Outro factor que, segundo um critério de exequibilidade, deverá ser tomado em séria consideração na formulação dum Conceito Estratégico de Defesa Militar (e na aquisição dos meios para o servir) é o presumível cenário de penúria no domínio da energia. Provavelmente, não mais viveremos, na Europa Ocidental, num cenário energético de abundância.

Se a independência da defesa militar nos planos conceptual, industrial e operacional é considerada como uma condição essencial para o exercício da soberania pretendida, então parecerá que os problemas decorrentes do progresso tecnológico e da crise energética apontarão para a conveniência duma maior rusticidade dos meios e maior singeleza dos conceitos de defesa militar.

Pelo referido, afigura-se que o sistema nuclear preconizado de bastiões de resistência poderá ser exequível dada a sua simplicidade e o relativo menor grau de sofisticação que exige dos meios necessários à sua concretização, e ainda porque reúne condições para suscitar o interesse e a eventual ajuda da Aliança Atlântica.

Quanto à questão da *aceitabilidade*, pensa-se que os portugueses não poderão querer «dinamarquizar» a sua filosofia militar, uma vez que

se lhes põem problemas muito particulares de soberania e de independência e não apenas os decorrentes do conflito Leste-Oeste. Como se referiu atrás, tais problemas são os que decorrem da circunstância de o Território Nacional se encontrar numa região que ainda não terá alcançado o seu equilíbrio geopolítico, de enfermar de descontinuidade territorial cujos efeitos na coesão nacional é mister minimizar, e de a sua utilização para fins militares interessar a grandes potências e blocos por razões da sua própria Segurança.

Não se acredita que os portugueses, que sempre pagaram um alto preço pela sua independência, queiram agora entregar-se a um abandono inglório. Aliás, se essa fosse a sua efectiva disposição, não restem dúvidas que outros se encarregariam de guarnecer a «cidadela lusitana», pelas razões que têm vindo a ser apontadas, o que tornaria a atitude portuguesa, no mínimo, ainda pouco inteligente, uma vez que noutros países se está procurando resolver parte dos graves problemas do desemprego com a expansão das Forças Armadas e das indústrias de armamento.

Evidentemente que Portugal, como país pobre, tem de forçosamente recorrer ao melhor do seu engenho para ir sobrevivendo. Assim, e sem perder de vista que o Poder Militar a criar deve em princípio corresponder aos interesses a defender e ao Poder Militar dos eventuais antagonistas, ao privilegiar-se para as suas Forças Armadas material menos sofisticado, que possa inclusivamente ser fabricado no país, poderão reduzir-se os custos da sua defesa militar. Esses custos poderão tornar-se ainda mais atraentes se esse material de guerra puder interessar, como parece possível, a países em desenvolvimento, os quais vão conhecendo por experiência própria os inconvenientes tecnológicos e políticos da sua independência relativamente a potências mais poderosas.

O contributo apresentado parece, pois, reunir condições de aceitabilidade, uma vez que os objectivos a alcançar são realmente importantes, e os custos poderão ser razoáveis.

Para terminar, entende-se que poderá ser de algum interesse conhecer algumas opiniões do passado e do presente relativas ao tema em apreço:

O primeiro-ministro Afonso Costa, em 1913, afirmava que «a reabilitação interna do país deve ficar assegurada pela preparação para a defesa nacional... Não basta desejar a paz e amaldiçoar a guerra, é preciso organizar aquela, tornando esta menos eficiente contra nós. Não há paz possível enquanto uns povos forem fortes e outros fracos... Para nós pode a questão ser de vida ou de morte».

No editorial do *Diário de Notícias* de 21 de Junho de 1979, escrito por quem se encontra em posição de ter especial sensibilidade quanto à defesa dum país arquipelágico como o nosso, pode ler-se: «A preo

cupação com a defesa é uma constante da história dos Açores e da Madeira, onde a necessidade de protecção contra ameaças externas surgiu sempre agravada pelas servidões do isolamento da insularidade... [Na I Grande Guerra] tanto o Funchal como Ponta Delgada foram alvo de bombardeamentos por submarinos alemães... Um vaso americano que se abastecia em Ponta Delgada assegurou a defesa da cidade, ripostando ao ataque do inimigo... A imprensa regional alertava para a 'insuficiência da defesa da ilha'; qualificou Ponta Delgada de 'cidade aberta e quase indefesa'; denunciou a 'grave falta de artilharia e munições no quartel de S. Brás'; aludiu à hipótese de subscrição pública para adquirir na América ou na Inglaterra 'as peças modernas de tiro' de que a população carecia. Em Lisboa, numa entrevista concedida a *A Capital*, o herói da Rotunda, Machado dos Santos, lamentaria que tivéssemos 'a defesa de S. Miguel confiada aos Americanos, a dos nossos transportes marítimos confiadas à Divina Providência, e a do porto de Lisboa e costa confiada aos peitos dos nossos bravos oficiais e marinheiros'».

Outubro de 1980.